



Práticas pedagógicas participativas em contextos de formação vulneráveis: experiências em dois cursos de graduação em um território no Sul da Bahia

Lina Faria¹

Caroline Castanho Duarte²

¹Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).Bahia. BR. E-mail: lina@ufsb.edu.br

²Gestora Executiva na Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS – AgSUS. E-mail: castanhoduarte.ba@gmail.com

RESUMO. O artigo apresenta a dinâmica de uma metodologia participativa que foi aplicada em duas disciplinas 1) Território, Políticas Públicas e Participação e 2) Planejamento, Gestão e Implementação de Políticas Públicas, na Universidade Federal do Sul da Bahia. O objetivo é discutir de que modo as práticas de ensino e aprendizagem inovadoras, a exemplo da Sala de Aula Invertida, podem estimular a qualidade da formação nos cursos de graduação, uma vez que essas práticas educativas incentivam uma formação baseada nas realidades e vivências dos estudantes e a aplicação dos conhecimentos produzidos na resolução de problemas nos territórios. A avaliação da metodologia utilizada foi realizada com base no interesse despertado nos estudantes dos conteúdos discutidos nas duas disciplinas. Concluímos que, apesar das dificuldades vivenciadas pelos docentes e discentes na aplicabilidade de metodologias ativas, a pedagogia inclusiva promove compartilhamento de saberes que favorece espaços de transformação.

Palavras-chave: Aprendizagem contextualizada; Metodologia Participativa; Educação Inclusiva.

Participatory pedagogical practices in vulnerable training contexts: experiences in two undergraduate courses in a territory of Southern Bahia

ABSTRACT. The article presents the dynamics of a participatory methodology that was applied in two disciplines 1) Territory, Public Policies and Participation and 2) Planning, Management and Implementation of Public Policies, at the Federal University of Southern Bahia. The objective is to discuss how innovative teaching and learning practices, such as the Flipped Classroom, can stimulate the quality of training in undergraduate courses, since these educational practices encourage training based on the realities and experiences of students and the application of the knowledge produced in problem solving. The evaluation of the methodology used was carried out based on the interest aroused in the students of the contents discussed in the two disciplines. We conclude that, despite the difficulties experienced by teachers and students in the applicability of active methodologies, inclusive pedagogy promotes knowledge sharing that favors spaces for transformation.

Keywords: Contextualized Learning, Participatory Methodology; Inclusive Education.

Prácticas pedagógicas participativas en contextos formativos vulnerables: experiencias en dos cursos de graduación en un territorio del Sur de Bahía

RESUMEN. El artículo presenta la dinámica de una metodología participativa que se aplicó en dos disciplinas 1) Territorio, Políticas Públicas y Participación y 2) Planificación, Gestión e Implementación de Políticas Públicas, en la Universidad Federal del Sur de Bahía. El objetivo es discutir cómo las prácticas innovadoras de enseñanza y aprendizaje, como el Flipped Classroom, pueden estimular la calidad de la formación en los cursos de pregrado, ya que estas prácticas educativas fomentan la formación basada en las realidades y experiencias de los estudiantes y la aplicación de los conocimientos producidos en la resolución de problemas. La evaluación

de la metodología utilizada se realizó en base al interés despertado en los estudiantes de las dos disciplinas. Se concluye que, a pesar de las dificultades experimentadas por docentes y estudiantes en la aplicabilidad de metodologías activas, la pedagogía inclusiva promueve el intercambio de conocimientos que favorece espacios de transformación.

Palabras clave: Aprendizaje Contextualizado, Metodología Participativa; Educación Inclusiva.

Introdução

O artigo apresenta a dinâmica de uma metodologia participativa, a Sala de Aula Invertida ou *Flipped Classroom*, aplicada em duas disciplinas: 1) Território, Políticas Públicas e Participação, do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e 2) Planejamento, Gestão e Implementação de Políticas Públicas, ofertada pelo curso de Gestão Pública e Social, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). A partir de referenciais teóricos associados às temáticas das disciplinas, apresentamos reflexões sobre alguns conceitos como território, desigualdades, iniquidades, exclusão, políticas públicas e participação social, de forma integrada à discussão da importância de práticas pedagógicas inovadoras em contextos de vulnerabilidade social.

As práticas educativas problematizadoras e as metodologias participativas são condição para a transformação social e vêm sendo empregadas nos currículos de diversos cursos no país. Propõem mudanças em que o estudante passa a ser protagonista nos processos de transformação social (Seibel et. al., 2023; Blaszkowski, Claro & Ujii, 2021). Essas mudanças demandam esforços no sentido de atender às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), mas, também, de se ajustar às condições econômicas, culturais, ambientais e sanitárias para que propiciem saberes, habilidades e atitudes condizentes com as expectativas e necessidades das sociedades, em especial, das populações que têm sido afetadas historicamente pelas desigualdades, a exemplo dos povos indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhas e populações negras e pobres dos territórios de favela e das periferias das grandes cidades. A educação inclusiva e problematizadora, segundo Cyrino & Oralles-Pereira (2004), trabalha a construção de conhecimentos a partir da vivência de experiências significativas que interagem com as culturas e com os contextos sociais e ambientais.

Para Morán (2015, p. 15), “os processos de organizar o currículo, as metodologias, os tempos e os espaços precisam ser revistos”, uma vez que a educação convencional se encontra “num impasse” diante das mudanças nas sociedades. Com as práticas tradicionais ensina-se, segundo Dewey (2011, p. 6) “um produto acabado, sem maior atenção quanto aos modos e meios porque originalmente assim se fez [...]” e, também, sem a devida preocupação com as mudanças que esse modo de ensinar pode provocar nos contextos históricos e culturais das sociedades.

Dentre as modalidades de ensino participativo encontra-se a Sala de Aula Invertida; uma prática que procura mesclar recursos *online* com o ensino em sala de aula, a partir da mediação do professor, que também é responsável pelo *feedback* para a reconstrução de temas e conceitos durante o momento de aprendizagem (Bergmann & Sams, 2026). Os estudantes são estimulados com perguntas disparadoras a elaborarem suas próprias noções, com base nos referenciais teóricos sugeridos inicialmente nos Planos de Ensino Aprendizagem (PEA). As tarefas que os estudantes desenvolvem, à distância e presencialmente, afetam positivamente os contextos de participação no processo ensino/aprendizagem.

A partir desta metodologia, os conceitos são abordados de diferentes perspectivas teóricas e relacionados à inserção dos estudantes em territórios de extrema desigualdade, sejam elas de cor, raça, etnia, gênero, geração, origem ou sanitárias, econômicas, sociais e políticas. As temáticas das disciplinas refletem experiências e vivências concretas dos próprios estudantes e têm como ponto de partida os contextos de desigualdade e exclusão social vivenciados, especialmente, nos últimos anos no Brasil, com ênfase no acirramento das iniquidades, especialmente nas áreas de educação e saúde.

As desigualdades e seus impactos nas políticas públicas e nas lutas dos movimentos sociais são discutidos, também, com base nos relatórios produzidos por agências nacionais internacionais como: Ministério da Saúde (MS); Organização Mundial da Saúde (OMS); Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e Banco Mundial/Brasil (BM/Brasil), indicando os relatórios mais recentes - o Relatório Pobreza e Equidade no Brasil - Mirando o Futuro Após Duas Crises (Banco Mundial/Brasil, 2022), o Relatório Mundial da Desigualdade (Chancel et al., 2022), o Relatório Anual das Nações Unidas/Brasil (Nações Unidas/Brasil, 2022), o Relatório Saúde nas Américas (OMS/OPAS, 2022) e os Boletins Epidemiológicos do Ministério da Saúde entre 2020 e 2022.

Na disciplina 1) Território, Políticas Públicas e Participação o foco dos debates está no conceito de território, desenvolvido a partir do diagnóstico situacional dos bairros onde os estudantes vivem. O texto escolhido para essa discussão é “O retorno do território”, do geógrafo e cientista Milton Santos (2005). Outro conceito discutido na Sala de Aula Invertida é o de participação social, a partir das percepções da socióloga Maria da Glória Gohn, em especial, o texto “Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais”

(2019). Na disciplina 2) Planejamento, Gestão e Implementação de Políticas Públicas, o foco está na discussão do conceito de políticas públicas e na construção de agendas com base no ciclo de políticas públicas.

Entre os objetivos das disciplinas, destacam-se: ampliar os debates teórico-metodológicos sobre o conceito de território; entender os novos riscos sociais e suas consequências para a democracia; discutir as implicações das políticas públicas que podem ajudar no combate às causas profundas das desigualdades e iniquidades; debater como o planejamento, a gestão e a implementação de agendas públicas podem ser construídos a partir dos problemas detectados nos territórios, além de discutir a importância dos movimentos sociais na luta contra as desigualdades e os principais desafios para a autodeterminação e emancipação social. Na proposta educativa de Dewey (2011), a aprendizagem contextualizada parte de problemas ou situações que intencionam gerar dúvidas, inquietações e diferentes interpretações e a contextualização do conhecimento incentiva a pedagogia transformadora e inclusiva, centrada nas experiências e cotidiano dos estudantes e, também, nos conteúdos que são discutidos em sala de aula (Festas, 2015).

O material didático e os textos indicados nos Planos de Ensino ficam disponibilizados na Plataforma Sigaa e, assim, os estudantes podem acessá-los, cada qual no seu ritmo e no seu tempo. Os textos, áudios e/ou vídeos são apresentados em *Power Point* (ou outro recurso pedagógico escolhido), nas aulas expositivas dialogadas. Após a apresentação dos textos, cada grupo organiza debates de conteúdos e conceitos significativos para a resolução de problemas.

Os esforços no uso dessas metodologias participativas, nas duas disciplinas, objetiva que a produção do conhecimento se volte cada vez mais para a superação de contradições sociais. Cabe destacar que os estudantes trazem problemas de seus territórios e buscam nas disciplinas espaços para reflexão e troca de experiências a serem aplicadas nesses territórios. Percebem também o potencial das metodologias participativas na promoção de mudanças e melhorias nas condições de vida das populações.

Desse modo, o contato entre professores e estudantes, por meio de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inovadoras, proporciona aprendizagens e aquisição de saberes sobre como trabalhar um texto científico, abordar seu conteúdo e aplicar nas realidades sociais, na perspectiva da construção do conhecimento colaborativo, como sugere o Educador Paulo Freire (1989). Nesse sentido, a aprendizagem contextualizada e inclusiva pode transformar as realidades sociais quando assume uma perspectiva crítica e direciona a ação, especialmente para realidades sociais vulneráveis. Importante frisar que um problema sensível que atinge muitos estudantes brasileiros em instituições públicas de ensino superior, especialmente na região nordeste, são as condições de vida, uma vez que muitos residem em territórios violentos e desiguais, precisam trabalhar para ajudar com as despesas em casa e chegam cansados para estudar nos horários noturnos.

O texto relata a experiência da docência nessas duas disciplinas em uma instituição pública de ensino superior no sentido de refletir sobre possibilidades e limites dos conceitos discutidos. O objetivo é, portanto, discutir de que modo as práticas de ensino e aprendizagem inovadoras podem estimular a qualidade da formação nos cursos de graduação para atitudes condizentes com as expectativas e necessidades das populações nos territórios. Nessa dinâmica, os saberes que são construídos na interação entre professores e estudantes e advindos da intervenção e organização do trabalho pedagógico adquirem validade, objetividade e efetivamente integram transformações sociais (Masetto, 2012).

Contudo, existem inúmeros desafios para a implementação de metodologias participativas, uma vez que propõem reunir diferentes perspectivas e discutir diversos conceitos. Nas duas experiências houve dificuldade na aplicabilidade da Sala de Aula Invertida e a necessidade de organizar as atividades conforme estudantes e professores compreendiam o “sentido” das práticas educativas participativas na integração entre teoria, indivíduos e sociedade e, especialmente, na conexão entre o conteúdo apresentado em sala e a vivência dos estudantes na busca de resultados para os problemas nos territórios. A avaliação da metodologia utilizada foi realizada com base no interesse despertado nos estudantes dos conteúdos discutidos nas duas disciplinas, bem como, no interesse dos temas selecionados para a construção das agendas de políticas públicas, com propostas para a solução dos problemas detectados pelos estudantes em seus territórios. Ao final do quadrimestre são realizados seminários e os estudantes expressam as potencialidades obtidas com a dinâmica da metodologia participativa na elaboração e apresentação das agendas.

As disciplinas foram ofertadas em momentos distintos; 1) Território, Políticas Públicas e Participação no início da pandemia de covid-19, em 2020, de forma remota. Contudo, foi possível a ida dos estudantes aos territórios, com máscaras de proteção e cuidados necessários, para mapeamento das condições de vida e dos problemas das comunidades. A disciplina 2) Planejamento, Gestão e Implementação de Políticas Públicas foi ofertada no auge da pandemia, em 2022, totalmente remota, com foco específico na construção das agendas de políticas públicas, com base nos temas selecionados durante o mapeamento.

Sobre a metodologia da Sala de Aula Invertida

A Sala de Aula Invertida cria oportunidades de aprofundar conceitos e temáticas centrados no estudante. É uma estratégia metodológica que procura mesclar recursos *on-line* e o ensino em sala de aula a partir da mediação do professor na discussão de diversos tópicos. Essa metodologia possibilita ao estudante aprender por meio da observação e da participação. É uma pedagogia centrada nas experiências e nos cotidianos dos estudantes e alicerçada em conteúdos disciplinares (Lage, Platt & Treglia, 2000; Gerstein, 2012; Bergmann & Sams, 2012, 2016).

Na aula invertida o processo de ensino é construído, portanto, com base nos conhecimentos prévios dos estudantes, sobre temas relacionados às suas experiências. O professor pode disponibilizar previamente os conteúdos que serão debatidos e os estudantes fazem anotações e levam suas dúvidas para a aula. Para Bergmann e Sams (2016), a Sala de Aula Invertida é uma estratégia que capacita o professor a “personalizar” o processo de ensino em ambientes propícios à aprendizagem, para a conquista dos objetivos previamente construídos.

Nesse sentido, essa dinâmica possibilita e facilita a criatividade dos estudantes e permite inverter o foco e as estratégias, sendo uma prática aberta às trocas de experiências e uma estratégia metodológica que busca aprimorar continuamente o domínio do conteúdo ministrado e incentivar o questionamento, que assegurem aprendizagens comprometidas com as realidades e incertezas sociais (Lage, Platt & Treglia, 2000; Gerstein, 2012).

Na Sala de Aula Invertida o professor utiliza metodologias híbridas e o ensino indutivo, característico desse método, trabalha com situações/problemas concretos com motivação prática e estímulo cognitivo para soluções criativas e objetivas. Na lógica do método indutivo, a observação fornece a base para a construção do conhecimento. O professor pode planejar e estabelecer objetivos junto com os estudantes, que devem ser discutidos nos grupos de trabalho e nos retornos (*feedbacks*) que promovem avaliações objetivas (Gerstein, 2012; Bergmann & Sams, 2012, 2016).

Alguns princípios orientam a aplicabilidade da metodologia da Sala de Aula Invertida pelo professor: 1) permitir que os estudantes interajam e reflitam sobre suas necessidades de aprendizagem; 2) incentivar a participação dos estudantes nas atividades planejadas com o professor; 3) facilitar o acesso dos estudantes aos conceitos discutidos durante o processo de aprendizagem, que permitam a interação de ideias (O’Flaherty & Phillips, 2015).

Desigualdades e seus impactos para a saúde e a educação: como os conceitos são trabalhados nas duas experiências

No módulo I da disciplina 1) Território, Políticas Públicas e Participação apresentamos aos estudantes fundamentos teóricos que possibilitam resgatar algumas das principais contribuições para o entendimento da complexidade de conceitos que têm moldado as relações sociais atuais. Se discute as relações entre território e desigualdades, pobreza e exclusão social, covid-19 e iniquidades em saúde e educação.

Parte-se da seguinte questão norteadora: como as desigualdades impactam as condições de vida das pessoas nos territórios, especialmente no acesso aos serviços essenciais, como saúde e educação? Essa discussão é importante porque mostra que os sistemas econômicos em vários países no mundo têm proporcionado às sociedades transformações que, de modo geral, não atendem às suas necessidades básicas. Além disso, amplia a percepção dos efeitos nocivos da economia global sobre as economias dos países em desenvolvimento que têm contribuído para aprofundar as desigualdades e nas dimensões pelas quais elas se manifestam. Essas mudanças afetam a própria condição desigual a que as sociedades estão submetidas e a coexistência ou continuidades entre desigualdades “velhas” e “novas” ou “tradicionais” e “dinâmicas”, oriundas da própria lógica de organização do sistema capitalista, que tem aprofundado os problemas distributivos (Fitoussi & Rosanvallon, 1997).

Segundo Rehbein (2020) “a visão ideológica do capitalismo combina-se com a invisibilidade da dominação estrutural para construir uma compreensão totalmente equivocada da desigualdade” (p. 696). Para o autor, o cerne do pensamento capitalista deveria ser a competição em igualdade de condições para uma melhor qualidade de vida. Contudo, as desigualdades nas sociedades contemporâneas estão mais visíveis do que nunca e a crise sanitária causada pela pandemia de covid-19 pôs em evidência as abissais desigualdades. Para Basile (2020), os modelos de proteção social eurocêntricos pautados pelo liberalismo não resolveram a questão social das desigualdades em países na América Latina e Caribe e também as questões sanitárias durante a pandemia.

Nessa parte, os relatórios das organizações internacionais ajudam o estudante a compreender o panorama mundial e nacional das desigualdades. O Relatório do Banco Mundial “Pobreza e Equidade no Brasil - Mirando o Futuro Após Duas Crises” (2022), fornece dados sobre a situação da população brasileira diante de crises recentes, revela os efeitos nocivos da economia global sobre economias em países em desenvolvimento e apresenta um mapeamento das iniquidades, especialmente no acesso a serviços essenciais, como saúde e educação. Já o Relatório Mundial da Desigualdade de 2022, apresenta um mapeamento das iniquidades em escala global. Os Boletins Epidemiológicos do Ministério da Saúde, de 2020 a 2022, fornecem um panorama nacional e internacional das vulnerabilidades em saúde durante a pandemia da covid-19.

Os relatórios e boletins que trazem dados significativos do período da pandemia da covid-19 no mundo e no Brasil mostram que os mais vulneráveis sentiram fortemente as consequências negativas da pandemia, especialmente no acesso a serviços essenciais, como saúde e educação. Ou seja, a pandemia da covid-19 aprofundou iniquidades e desigualdades. No Brasil, em 2020, 27,8% das crianças das regiões norte e nordeste não estavam matriculadas ou não tinham como acessar às atividades escolares. O acesso aos serviços de saúde também foi menor para as populações mais vulneráveis socialmente. Nas palavras de Goularti (2020, p. s/p), “as crises têm nos ensinado muitas coisas; uma delas é o aumento exponencial da vulnerabilidade social, que acaba criando condições para um processo acentuado de centralização e concentração de renda e patrimônio”.

O tema das desigualdades é um dos fundamentos explicativos básicos para se entender a necessidade de expansão e fortalecimento de políticas e serviços públicos voltados ao enfrentamento dos problemas associados às áreas de educação e saúde. A literatura discutida durante as disciplinas indica que, por meio da compreensão desses riscos de reprodução de desigualdades é possível tornar mais efetivos os processos de produção das mais variadas políticas públicas de proteção social, com a participação das sociedades.

No atual contexto, são muitos os desafios das universidades públicas no pós-pandemia para lidar com as crises causadas pela covid-19. As crises na educação e na saúde exigem discussões aprofundadas sobre as relações complexas entre esses conceitos e seus determinantes sociais, num contexto mais amplo de desigualdades, iniquidades e injustiças. As diversas definições de determinantes sociais expressam as condições de vida das pessoas em seus territórios e exige das universidades debates sobre a relação entre as mazelas sociais e as condições de vida. Segundo Almeida-Filho & Souza (2020, p. 2), “a relevância social da instituição universitária nas sociedades ocidentais é inegável”. É um espaço de produção de conhecimento e formação profissional que desempenha papel fundamental na melhoria das condições de vida das pessoas, seja no plano material, seja no plano dos valores éticos e em sintonia com os anseios da sociedade.

As políticas públicas e a participação social: como os conceitos são discutidos nas disciplinas

O tema das políticas públicas é debatido no Módulo II das duas disciplinas, com o objetivo de refletir sobre o papel das políticas públicas na proteção social às populações mais vulneráveis. A partir do diagnóstico situacional das condições de vida das populações e detecção dos principais problemas nos territórios onde os estudantes moram, solicita-se a elaboração de agendas, com base nas etapas do ciclo de políticas públicas. Para Baptista & Rezende (2015), o ciclo de políticas públicas compõe-se de diferentes fases: 1) reconhecimento do problema e montagem da agenda; 2) formulação da política e tomada de decisões para resolução dos problemas percebidos; 3) processo decisório e implementação; 4) avaliação.

Parte-se da seguinte questão norteadora para a construção da agenda: qual o papel das políticas e das agendas públicas para transformar questões sociais em prioridades governamentais, em áreas como saúde, educação, economia e bem-estar social? Importa salientar que a política pública é responsável pela identificação, planejamento e solução de problemas sociais por meio de ações estratégicas que envolvam a sociedade, os movimentos sociais e o Estado. A formulação da agenda é um processo que envolve intensa participação, em que problemas, alternativas e soluções ganham ou perdem a atenção do governo e da sociedade a todo momento. Segundo Cobb & Elder (1971), a participação popular na construção de agendas públicas (que levem em conta os reais interesses das comunidades), fortalece modelos estáveis de democracia. Fundamental, na percepção de Cobb & Elder, entender os movimentos sociais como parte da vida pública, uma vez que governos democráticos são fortalecidos pela pressão da participação social por demandas que melhorem condições de vida das populações.

As políticas públicas são instrumentos que possibilitam igualdades de oportunidades por meio da participação e a partir da compreensão do que é um problema social. Portanto, as políticas públicas conformam o conjunto de interesses de uma dada sociedade que mobiliza atores pelo o que é público (Boullousa, 2013, Farah, 2016, Capella, 2018, Secchi, 2019). Este tema envolve aspectos da sociedade e das instituições políticas e essa relação fica evidente, sobretudo, na análise do ciclo das políticas públicas, a partir da discussão na dinâmica da aula invertida. A formulação de agendas de políticas públicas pelos estudantes se dá por meio da identificação dos problemas que visem mudanças no mundo real e que assegurem direitos para determinado seguimento social, cultural ou étnico (Berbel, 1998). Durante o quadrimestre, os estudantes desenvolvem a proposta das agendas com os problemas selecionados e os caminhos encontrados para priorizar a proteção das populações vulneráveis. Alguns temas são sugeridos, entre eles: saúde das populações vulneráveis; educação e cultura; igualdade racial; igualdade de gênero; desigualdades socioeconômicas; violência doméstica; violências contra população indígena, pobre, preta e LGBTQIA+; violências contra populações de rua e populações usuárias de drogas.

Finalmente, o último conceito discutido na disciplina 1) Território, Políticas Públicas e Participação é o da participação social, uma vez que toda construção de agenda em contextos democráticos envolve a participação das sociedades e o agir coletivo. Esse conceito é discutido no Módulo III com base nos textos de Gohn (2019) e em perguntas norteadoras na dinâmica da aula invertida: Como os mais pobres e os coletivos têm se organizado para

lutar contra as desigualdades e as discriminações? O que tem sido construído em termos da participação dos cidadãos nos territórios, no contexto do planejamento e gestão de políticas públicas?

Neste exercício, o termo participação social aparece associado a outros termos como democracia, representação política, direitos humanos, organização social, conscientização, cidadania, solidariedade e tem sido fundamental para explicar processos de exclusão social e injustiças em movimentos de setores da sociedade civil que lutam por determinadas políticas públicas.

Os métodos participativos têm como princípios fundamentais, além do conhecimento para a ação, justiça social e autodeterminação, a participação ativa da sociedade na resolução de problemas em todas as etapas de construção de agendas de políticas públicas, o que proporciona engajamento para mudanças e coerência das informações. Ou seja, os métodos participativos buscam envolver e fortalecer as comunidades com foco em suas necessidades, problemas e temas relevantes (Cargo & Mercer, 2008, Collins et al., 2018, Parker et al 2020).

No processo ensino/aprendizagem, a participação social é uma estratégia para consolidar direitos e questionar desigualdades. Freire (1974) Já reforçava a importância do aprendizado emancipatório e da escuta atenta às necessidades das comunidades para a construção coletiva e transformação social. Neste sentido, uma questão que foi discutida com os estudantes na aula invertida se refere à fragilidade das análises sobre o impacto da participação política na superação das desigualdades sociais. Para Gohn (2019, p. 77), as desigualdades sociais devem ser enfrentadas a partir de mudanças estruturais "diretamente no plano econômico - a forma de apropriação ou distribuição da renda gerada na sociedade - e no plano político, do poder - a vontade efetiva de governar priorizando as necessidades básicas e não os interesses de poucos". Portanto, o desafio para as novas pesquisas sobre a participação está em articular conhecimentos que possibilitem “novas agendas sobre como tratar as desigualdades socioeconômicas juntamente com o respeito às diferenças socioculturais” no contexto das democracias (p. 65).

Neste sentido, os movimentos sociais desempenham o papel de orientar a construção de agendas que incentivem transformações nas realidades sociais nos contextos de exclusão social. Partindo dessa percepção, durante a organização das agendas pelos estudantes, uma das atividades previstas nos PEAs é o convite a representantes de coletivos e movimentos sociais locais. Importante assinalar que algumas propostas conseguem ser desenvolvidas nos territórios pelos estudantes em parceria com profissionais da rede de saúde, profissionais da rede de educação, além da participação de líderes comunitários, representantes de coletivos e de movimentos sociais.

Considerações Finais

A pedagogia que se deseja transformadora e inclusiva deve combinar inserção nas realidades, intervenção nos contextos e cenários sociais e ter como pressupostos a melhoria da qualidade de vida das pessoas, especialmente das menos favorecidas e mais vulnerabilizadas. Essa pedagogia transformadora e inclusiva diz respeito ao próprio estudante realizar interpretações dos problemas que ele percebe e vivencia em seu território.

Ainda que sejam grandes os desafios para experimentar essas dinâmicas pedagógicas, os estudantes entendem que processos formativos bem planejados e adequados aos contextos sociais, culturais, ambientais e econômicos dos territórios onde moram, contribuem para mobilizar as competências desejadas, uma vez que favorecem a formação de sujeitos com visão ampliada dos problemas sociais e comprometidos com a transformação das realidades. Nesse contexto, importante o papel do professor ao escutar atentamente o que o estudante tem a dizer sobre suas experiências, instigando-o a compreender os fundamentos de seu raciocínio com criticidade e criatividade.

As universidades públicas têm no convívio das diversidades de pensamentos e pluralidade de ideias um de seus traços mais marcantes, o que favorece relações contraditórias próprias de ambientes multiculturais. Tal peculiaridade no ambiente universitário, por um lado, aproxima culturas, visões e comportamentos, e, por outro, torna o ambiente extremamente desafiador para mudanças.

Uma vez que a educação e a saúde abarcam todos os principais aspectos que envolvem as condições de vida, sob os mais diferentes pontos de vista, torna-se fundamental a consolidação de uma pedagogia inclusiva, baseada na consciência dos problemas sociais (renda, habitação, saúde, educação, consumo, informação, poder político, organização social) e nos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva, ou seja, uma formação que fortaleça temas que contemplem as complexas questões de diversidade cultural, social, econômica, política.

Na interface entre educação e saúde, os estudantes vivenciam um movimento de propostas de transformação de uma dada realidade, nas localidades onde moram, por meio de políticas públicas e também pela participação social. A pandemia revelou o papel central das comunidades e de suas organizações sociais na implementação de agendas em resposta às crises econômicas, sociais e de saúde. Os conhecimentos e experiências tornam possível adequar e adaptar as ações às realidades e contextos locais. Dessa forma, as disciplinas buscam envolver os

estudantes na formulação e implementação de agendas que deem respostas também às situações de iniquidades em seus territórios no pós-pandemia.

Finalmente, as experiências apresentadas são exemplos de práticas pedagógicas participativas que podem contribuir com o debate em torno da importância de se refletir sobre os processos educativos nos cursos de graduação em contextos de vulnerabilidade. Pensar a formação em cenários de desigualdades e exclusão social requer considerar as interpretações, percepções e subjetividades dos estudantes que vivenciam esses processos, além da compreensão das particularidades regionais, ambientais e culturais, o entendimento da perspectiva histórica de cada contexto social e, também, da lógica vivenciada por determinados grupos em seus territórios.

Referências

- Almeida-Filho N, Souza LE. (2020). Uma protopia para a universidade brasileira. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 28(105),1-22. DOI.org/10.14507/epaa.28.5525.
- Baptista, T. W. F., & Rezende M. (2015). A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In: Mattos R., Baptista, T. W. F. *Caminhos para análise das políticas de saúde*. Porto Alegre: Rede Unida.
- Basile, G. (2020). SARS-CoV-2 en América Latina y Caribe: las tres encrucijadas para el pensamiento crítico en salud. *Ciência e Saúde Coletiva*, 25(9),3557-3562.
- Berbel, N. A. N. (1998). A problematização e a aprendizagem baseada em problemas. *Interface Comunicação, Saúde Educação*, 2, 139-54.
- Bergmann, J., & Sams, A. (2012). Flip Your Classroom: Reach Every Student in Every Class Every Day. Washington DC: *International Society for Technology in Education*. Recuperado de: https://www.researchgate.net/publication/364195095_Book_Review_-_Flip_Your_Classroom_-_Reach_Every_Student_in_Every_Class_Every_Day#fullTextFileContent.
- Bergmann J. E., & Sams A. (2016). *Sala de Aula Invertida: Uma metodologia ativa de aprendizagem*. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC.
- Blaszko C. E, Claro A. L. A & Ujiie N. T (2021). A contribuição das metodologias ativas para a prática pedagógica dos professores universitários. *Educação & Formação*, 6(2), 1-17. DOI: <https://doi.org/10.25053/revdufor.v6i2.3908>
- Boullosa, R. F. (2013). Mirando ao revés as políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. *Pensamento & Realidade*, 28(3),68-86.
- Capella, A. C. (2018). *Formulação de Políticas Públicas*. Brasília: ENAP.
- Cargo, M., & Mercer, S. L. (2008). The value and challenges of participatory research: Strengthening its practice. *Annual Review of Public Health*, 29, 325-350. DOI.org/10.1146/annurev.publhealth.29.091307.083824.
- Chancel L. *et al.* (2022). World Inequality Report 2022. World Inequality Lab. Recuperado de: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2021/12/WorldInequalityReport2022_Full_Report.pdf.
- Collins, S. E., Clifasefi, S. L., Stanton, J., Straits, K. J. E., Gil-Kashiwabara, E., Rodriguez Espinosa, P., ... & Wallerstein, N. (2018). Community-Based Participatory Research (CBPR): Towards equitable involvement of community in psychology research. *American Psychologist*, 73(7), 884-898. DOI. org/10.1037/amp0000167
- Cyrino, E. G., & Toralles-Pereira, M. L. (2004). Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(3), 780-788.
- Cobb R. W., & Elder C. D. (1971). The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective for Modern Democratic Theory. *Journal of Politics*, 33(4),892-915.

- Dewey J. (2011). *Experiência e Educação*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Farah, M. F. S. (2016). Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. *Revista de Administração Pública*, 50(6),959-979.
- Fitoussi J. P., & Rosanvallon P. (1997). *A nova era das desigualdades*. São Paulo: Celta Editora.
- Festas, M. I. F. (2015). A aprendizagem contextualizada: análise dos seus fundamentos e práticas pedagógicas. *Educação e Pesquisa*, 41(3),713-728. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201507128518>.
- Freire, P. (1974). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire P. (1989) *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gerstein, J. The Flipped Classroom: The Full Picture. User Generated Education. Blog, 2012. Recuperado de: <https://usergeneratededucation.wordpress.com/2011/06/13/the-flipped-classroom-model-a-full-picture/>
- Gohn, G. (2019). Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. *Caderno Centro de Recursos Humanos*. 32(85),63-81.
- Goularti J. G. A. (2020). Escalada da desigualdade em meio à “coronacrise”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Edição 155. Recuperado de: <https://diplomatique.org.br/a-escalada-da-desigualdade-em-meio-a-coronacrise/>.
- Lage, M. J., Platt, G. J., & Treglia, M. (2000). Inverting the Classroom: A Gateway to Creating an Inclusive Learning Environment. *The Journal of Economic Education*, 3, 30-43. <http://dx.doi.org/10.2307/1183338>
- Morán J. (2015). Mudando a Educação com metodologias ativas. In: Souza CA, Morales OET. *Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens*. Coleção Mídias Contemporâneas, v. 2,15-33.
- Nações Unidas/Brasil [UN/Brazil]. (2022). *Relatório Anual, 2022*. Recuperado de: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-03/ONU_Brasil_Relatorio_Anual_2022.pdf.
- ÓFlaherty, J.; & Phillips, C. (2025). The use of flipped classrooms in higher education: a scoping review. *The internet and higher education*, Amsterdam, 25,85-95.
- Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS]. World Health Organization [WHO]. (2022). *Organização Pan-americana da Saúde; Organização Mundial de Saúde. Panorama da Região das Américas no contexto da pandemia de COVID-19. Relatório Anual*. Recuperado de: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/56473/OPASEIHA220024_por.pdf?sequence=5&isAllowed=y.
- Parker, M., Wallerstein, N., Duran, B., Magarati, M., Burgess, E., Sanchez-Youngman, S., Boursaw, B., Heffernan, A., Garoutte, J., & Koegel, P. (2020). Engage for equity: Development of community-based participatory research tools. *Health Education & Behavior*, 47(3),359-371. DOI:[10.1177/1090198120921188](https://doi.org/10.1177/1090198120921188).
- Rehbein, B. (2020) Capitalism and inequality. *Sociedade e Estado*, 35(3), 695-722.
- Santos M. (2005). O retorno do território. Buenos Aires: OSAL, 6(16), 251-261. Recuperado de: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>.
- Secchi L. (2019). *Ciclo de Políticas Públicas*. São Paulo: Cengage, Learning.
- Seibel, BL., Serafim, RS., Silva, NS., Araújo, JAC., Springer, PR., & Hollist, CS (2023). Implementation of Participatory Research in Vulnerable Context: Methodological Strategies and Challenges. *Paidéia*, 33(e3333), 1-9. DOI:<https://doi.org/10.1590/1982-4327e3333>.
- World Bank [WB]. (2022). *Pobreza e Equidade no Brasil: Mirando o futuro após duas crises. Sumário Executivo*. Washington DC: Banco Mundial. Recuperado de:

<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/25e36349-9396-53bc-95a9-10e5c6d008ef/content>.

Informações sobre os autores

Autor 1: Lina Faria, Historiadora, Doutora em Saúde Coletiva, Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde da Família (Profsaúde). Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Saúde e Desigualdades Sociais (CNPq). Professora Associada do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6439-0760>

E-mail: lina@ufsb.edu.br

Autor 2: Caroline Castanho Duarte, Enfermeira Sanitarista, Doutora em Estado e Sociedade, Gestora Executiva na Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS – AgSUS.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8348-3586>

E-mail: castanhoduarte.ba@gmail.com

Submissão: janeiro 29, 2024

Aceite: maio 14, 2024